

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Energia: a volta do planejamento	2
Título: Distribuidoras de energia têm perfil agravado com crise.....	4
Título: STF anula regime de ICMS para energia	6
Título: Braskem vai indenizar 9 mil imóveis em AL.....	9
Título: Epidemia terá efeito duradouro no petróleo	10
Título: Solar já é a energia mais barata, diz AIE	12
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	13
Título: Marinho é ministro que mais se beneficia de extras	13
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: Colunas do Broadcast	15
Título: Direto da fonte: Sonia Racy	15
VEÍCULO: O Globo.....	16
Título: Sem royalties, salários estão ameaçados, diz Crivella	16
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	17
Título: Nova Lei do Gás perdeu o fôlego?	17
Título: À venda por R\$ 1,4 bi.....	17

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 14/10/2020****Seção: Brasil****Autor: Por Cristiano Romero****Título: Energia: a volta do planejamento**

Escassez de energia é um problema que limitou o crescimento da economia brasileira em pelo menos três momentos da história - durante as duas crises do petróleo da década de 1970 e em 2001, quando houve apagão e racionamento. Pouco depois da primeira crise do petróleo, durante a gestão Geisel (1974-1979), o governo adotou medidas heterodoxas, batizadas de II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), para estimular o crescimento a qualquer custo e, assim, compensar o impacto negativo da alta do preço do petróleo.

O objetivo econômico do general Geisel era evitar o advento de uma recessão após o chamado “milagre econômico brasileiro”, quando o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu à taxa média de 11,16% ao ano - este percentual se refere ao período 1968-1973; alguns historiadores dizem que o milagre foi de 1967 a 1973, quando a média de expansão anual foi de 10,16%.

Energia mais acessível é 60% superior à demanda até 2050

O II PND, entre outras medidas, fechou a economia, ampliou a malha rodod-ferroviária; criou rede estatal federal de telecomunicação; instituiu modelo de produção e comercialização agrícola; por meio de modelo tripartite (governo, capital privado nacional e estrangeiro), fundou empresas para produzir bens nos setores siderúrgico e de química pesada, metais não ferrosos e não metálicos; e despejou dinheiro público de forma massiva em projetos de geração de energia (petróleo e derivados, energia hidroelétrica e fontes alternativas como etanol e energia nuclear).

Para viabilizar tudo isso, o II PND elevou a dívida externa aos píncaros. Em 1979, a segunda crise do petróleo jogou o preço do barril nas alturas e, na sequência, produziu terrível efeito colateral para os países que se endividaram em “petrodólares” - a escalada dos juros (flutuantes) dos empréstimos contraídos naquela década. Em 1982, por causa disso, o Brasil quebrou e, desde então, ainda lida com os problemas criados pelo modelo de substituição de importações abraçado em 1974.

O PND II tinha, evidentemente, um objetivo político. Em 1974, o regime militar, instaurado pelo golpe de 1964, vivia sua crise hegemônica. Na visão dos generais, o fim do “milagre”, em decorrência da crise do petróleo em 1973,

enfraqueceria o apoio popular, principalmente, da classe média, insatisfeita com mortes e prática de torturas de cidadãos sob custódia do Estado.

O II PND, com seu viés estatizante e nacionalista, deu fôlego ao regime, que só entregou o poder a um civil 11 anos depois, mas custou caro ao país ao plantar as sementes da inflação crônica, quais sejam: endividamento interno e externo descontrolado, fechamento da economia à competição de produtos estrangeiros, estatização dos principais setores da economia, concentração econômica, intervenção estatal permanente no sistema de preços etc.

A inflação crônica, que vigorou entre nós até 1994 (uma geração inteira desde o II PND), acabou, por sua vez, com a capacidade das empresas de planejar investimentos, extremou as relações entre capital e trabalho, aprofundou a concentração de renda num país onde isso já era um problema desde sempre, solapou a competitividade das empresas exportadoras (o que a taxa de câmbio favorável beneficia por um lado, a inflação anula do outro), enfraqueceu a moeda nacional diante das principais moedas do planeta, estimulou a corrupção, gerou pobreza e desesperança na população, especialmente, entre aqueles que mais perdem com a perda do poder de compra da moeda - os pobres.

Na semana passada, esta coluna tratou do Plano Nacional de Energia 2050 (PNE 2050), elaborado pela Empresa de Pesquisa Estratégica (EPE), uma pequena estatal fundada em 2004, no primeiro mandato do então presidente Lula, três anos após o apagão. O PNE é um conjunto de estudos que dão suporte à montagem da estratégia de longo prazo do governo para o setor de energia.

Em 13 de julho, o Ministério de Minas e Energia (MME) colocou em consulta pública a Minuta do Relatório do Plano Nacional de Energia 2050. O período de consulta pública terminou ontem. Trata-se do segundo PNE - o primeiro (PNE 2030) cobriu o período entre 2007 e 2030. O novo, que se refere a 2015 como o ano-base, vai até 2015.

Há muitas novidades no PNE 2050, entre as quais, destacam-se duas. A primeira diz respeito ao fato, pela primeira vez na história, de o Brasil dispor de energia abundante para sustentar o PIB - observando-se o potencial energético dos recursos que o país já explora e vai explorar, a produção estimada acumulada até 2050 será de quase 280 bilhões de tep (tonelada equivalente de petróleo) e a demanda, pouco menos de 15 bilhões de tep.

A segunda grande novidade é que, dos 280 bilhões de tep entre 2015 e 2050, apenas 21,5 bilhões (ou 7,67% do total) têm como fonte recursos não renováveis. O restante - produção média anual de 7,4 bilhões de tep - virá de fontes de energia renovável.

Outro dado impressiona: somente a parcela dos recursos mais facilmente acessíveis excede em 60% a demanda de energia até 2050. O grupo com maior facilidade de aproveitamento totaliza, segundo a EPE, pouco mais de 24 bilhões de tep, sendo 11 bilhões em recursos não-renováveis (ver gráfico).

Resumo da ópera: o Brasil voltou a planejar na área energética; energia não será mais um problema daqui em diante; o país está livre, portanto, da necessidade de adotar “mágicas” como o PND II.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/10/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Distribuidoras de energia têm perfil agravado com crise

No alvo de um embate com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre o reequilíbrio das concessões, frente à pandemia de covid-19, as distribuidoras de energia têm enfrentado, não de hoje, dificuldades para lidar com crises econômicas e problemas estruturais como perdas por furtos - e, assim, atingir suas metas regulatórias de sustentabilidade econômico-financeira. Um estudo da consultoria global Kearney mostra que as empresas vem melhorando pouco a pouco seus indicadores, nos últimos anos. A expectativa, no entanto, é que os números voltem a se deteriorar em 2020.

A pesquisa da Kearney, com 32 das principais distribuidoras do Brasil, revela que mais de um terço delas (12) fechou 2019 com Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) abaixo do patamar regulatório definido na revisão tarifária. No setor, o cumprimento ou não do Ebitda regulatório é um importante indicador de desempenho operacional e financeiro. Segundo a consultoria, porém, houve uma melhora no quadro, já que, em 2019, o conjunto das companhias avaliadas conseguiu atingir 98% do Ebitda regulatório, ante o índice de 70% a 80% verificado entre 2015 e 2016.

20 das 32 distribuidoras de energia analisadas registraram lucro líquido abaixo do patamar regulatório

O estudo mostra também que a maioria (20 das 32 empresas) não conseguiu atingir em 2019 o patamar regulatório para o lucro líquido - em 2018, para efeitos de comparação, 26 ficaram abaixo da meta. O sócio da Kearney, Cláudio Gonçalves, atribui o resultado ao cenário macroeconômico do país: o volume de energia vendida tem recuado ano a ano, devido não só às crises econômicas, mas também a questões setoriais, como a crescente migração de clientes para o mercado livre e o crescimento da geração distribuída. Sobrecontratadas, as

distribuidoras tiveram de recorrer a dívidas, pressionando seus custos financeiros.

Para Gonçalves, a crise econômica desencadeada pela pandemia agrava a situação e impõe uma necessidade cada vez maior de aumento da eficiência na gestão das concessões. “As empresas vão ter que apertar fornecedores, revisar as suas práticas”, afirmou o especialista, para quem o setor passa por uma espécie de ‘digitalização forçada’, em meio à pandemia.

O consultor da Kearney Brasil, Rubens Bruncek Ferreira, explica que o não cumprimento das metas regulatórias traz consequências para os concessionários. “A primeira delas é ter o acionista no seu pé, cobrando o retorno permitido pelo órgão regulador e que não está sendo alcançado. A segunda é que a empresa está sujeita a perder a concessão, se não atingir os índices de sustentabilidade”, disse.

CEEE (RS) e CEB (DF), ambas em processo de privatização, são exemplos de concessões sob risco de cassação, caso não atendam as exigências de gestão econômico-financeira satisfatória por dois anos consecutivos no primeiro quinquênio de contrato.

A Kearney não detalha as informações por empresa, mas cita que, embora todas as estatais estejam distantes dos patamares de Ebitda regulatório, ainda existem, também, empresas privadas com desafios no quesito. O pesquisador sênior do Grupo de Estudos do Setor Elétrico, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Gesel-UFRJ), Roberto Brandão, afirma que o mercado de distribuição é bastante heterogêneo. “Na média, é um setor com dificuldades em atingir os indicadores, mas não é homogêneo: tem empresas bem eficientes e outras ineficientes. Em geral, no entanto, é um setor atrativo”, afirma.

Além dos indicadores econômico-financeiros, a Kearney também cita as dificuldades das distribuidoras em combater as perdas não técnicas (furtos, fraudes e erros de leitura, medição e faturamento), que, segundo a consultoria, responderam por 6,1% de toda a energia injetada em 2019 - o que se traduziu numa perda total de R\$ 6 bilhões no ano, o equivalente a R\$ 75 por cliente. De acordo com o estudo, nos últimos cinco anos, a distância das taxas de perdas não-técnicas frente aos patamares regulatórios tem se acentuado. E a tendência é que o quadro se agrave.

“Primeiro o cliente atrasa a conta, depois ele começa a fraudar. Vimos isso entre 2015 e 2016 e, agora, deve ocorrer o mesmo. As empresas foram um pouco lentas na resposta ao contexto de mercado [entre 2015 e 2016]. Mas vejo que elas estão mais rápidas na resposta, talvez isso leve para impactos menores”, disse Gonçalves.

Ele afirma que o setor tem evoluído no uso de novas tecnologias digitais, maior planejamento e controle analítico das operações e na adoção de novas práticas de mercado. “Mas é importante destacar que ainda existe muito espaço de melhoria ao nível de perdas, custos e inadimplência, tanto em estatais quanto nas privadas, para fechar o gap entre dados reais e limites regulatórios”, comenta.

Brunczek defende que o reequilíbrio das concessões precisa ser debatido com “muita atenção” e que os riscos de deterioração dos indicadores de saúde econômico-financeira das concessões são reais. “Sob a pressão dos acionistas, o que essas empresas podem fazer eventualmente é reduzir gastos. Mas aí esbarram nos índices de sustentabilidade cobrados pela Aneel. São vários pratos que o gestor tem de equilibrar e o ambiente de covid-19 afeta de todos eles”, disse o consultor.

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) calcula em R\$ 6 bilhões as perdas com a pandemia, mas a estimativa é rejeitada informalmente pela cúpula da Aneel. Para aliviar os impactos e dar liquidez ao setor, o governo estruturou a “Conta Covid”, empréstimo de R\$ 14,8 bilhões ao setor. Para Brandão, do Gesel, a solução, porém, é insuficiente, porque não recompõe as margens do negócio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/10/2020

Seção: Legislação

Autor: Joice Bacelo

Título: STF anula regime de ICMS para energia

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional o regime tributário instituído pelo Estado de São Paulo para a comercialização de energia elétrica no mercado livre. A sistemática - que serviu de modelo para os demais Estados do país - estabelece a substituição do responsável pelo recolhimento do ICMS: as distribuidoras no lugar das geradoras e comercializadoras.

Os ministros atenderam a um pedido da Associação dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel). A entidade havia ingressado, em 2009, com uma ação direta de inconstitucionalidade, a ADI 4.281, contestando o regime paulista.

A Abraceel argumentava que a sistemática foi instituída pelo Regulamento do ICMS sem que houvesse previsão em lei. Trata-se do Decreto nº 54.177, de 2009, que alterou os parágrafos 2º e 3º do artigo 425 do Decreto nº 45.490, do ano 2000.

Alegava ainda prejuízos à livre concorrência. Com a mudança do regime tributário, as geradoras e comercializadoras passaram a ser obrigadas a fornecer os dados dos contratos de aquisição de energia - incluindo o preço praticado - para o Estado, que, por sua vez, os repassava às distribuidoras.

Foram mais de dez anos de idas e vindas na pauta. O desfecho se deu no Plenário Virtual, na última sexta-feira, por um placar de oito votos a dois. Houve modulação de efeitos e, com isso, a norma paulista só perderá a validade a partir da publicação.

Segundo os ministros, existem dois requisitos para que a hipótese de substituição tributária seja válida: tem de estar prevista em lei; e o substituto precisa ter vínculo com o fato gerador da obrigação tributária. No caso de São Paulo, afirmaram, nenhum deles foi cumprido.

No mercado comum, o doméstico, as tarifas são reguladas pelo governo e o consumidor paga uma fatura única por mês incluindo os serviços de distribuição e geração de energia. Já o mercado livre - alvo da discussão no STF - é um ambiente de contratação de energia em que grandes empresas negociam o fornecimento (preços, prazos e volume) diretamente com os geradores ou comercializadores.

A distribuidora não participa das negociações. Ela detém a estrutura física necessária para transportar a energia e é obrigada, por lei, a compartilhar a rede para que a geradora ou a comercializadora consiga entregar o volume adquirido, no mercado livre, pelo consumidor.

O ressarcimento dos custos desse transporte é estabelecido em um contrato específico, o que, segundo os ministros, não se confunde com a negociação para o fornecimento da energia. A distribuidora foi classificada pelos magistrados como um “elemento estranho à relação e à própria cadeia produtiva”, já que “não recebe qualquer valor referente ao contrato celebrado”.

A relatora original desse caso é a ministra Ellen Gracie, que deixou o STF em agosto de 2011, sendo substituída, em dezembro daquele ano, por Rosa Weber. A ADI 4.281 entrou em pauta, pela primeira vez, poucos dias antes da despedida de Ellen. Ela abriu o julgamento com voto contrário ao regime de tributação paulista - e, agora, quase uma década depois, o entendimento prevaleceu.

A ministra Cármen Lúcia havia pedido vista em 2011 e só devolveu o processo no ano de 2017, acompanhando o voto da relatora. Na ocasião, no entanto, um novo pedido de vista interrompeu, mais uma vez, as discussões.

O julgamento foi retomado no mês passado com o voto de Alexandre de Moraes. Ele abriu a divergência, posicionando-se, portanto, pela

constitucionalidade da regra paulista. “A distribuidora de energia elétrica integra fisicamente o ciclo e o processo de produção, comercialização e transmissão de energia”, afirmou.

Para o ministro, a regulamentação, “ao invés de ferir a livre concorrência, reforça-a, na medida em que busca reprimir quadro de potencial evasão ou abusividade elesiva”. No dia do julgamento, no entanto, ninguém acompanhou o entendimento dele.

Edson Fachin e Luís Roberto Barroso, que também proferiram votos naquele dia, concordaram com a relatora. O placar estava em quatro a um quando o ministro Ricardo Lewandowski apresentou um novo pedido de vista.

A retomada das discussões - quando, enfim, chegou-se a um desfecho - ocorreu no Plenário Virtual. Lewandowski, o primeiro a votar, acompanhou a relatora. “O governador do Estado de São Paulo, ao atribuir a responsabilidade às distribuidoras de energia, desbordou dos limites das competências que lhes foram conferidas”, disse.

Os ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Dias Toffoli também acompanharam a relatora. Já Marco Aurélio seguiu a divergência, fechando o placar em oito votos a dois. O ministro Luiz Fux, presidente do STF, estava impedido.

Em nota, a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo afirma, que aguarda a liberação do acórdão, mas “já estuda com a Secretaria da Fazenda e Planejamento alternativas para enfrentar o cenário de grande perda de arrecadação”.

O Estado, no processo, argumentava que o objetivo da norma era evitar sonegação fiscal. Justificava a distribuidora como substituta tributária pelo fato de apenas ela ter a possibilidade de medir a quantidade de energia efetivamente consumida. A legislação paulista serviu como modelo para vários outros Estados - entre eles, o Rio de Janeiro.

Para o advogado Guilherme Berejuk, do Martorelli Advogados, a decisão, no caso de São Paulo, sinaliza para os outros Estados o entendimento do STF sobre o tema. Apesar de tratar, essencialmente, sobre a ausência de previsão em lei, diz, a discussão avançou “sobre o plano da garantia da ordem econômica”.

“Deve impedir que o regime de substituição tributária, tal como proposto pelo ente federativo, configure uma situação em que informações sensíveis do negócio das comercializadoras [o preço da venda de energia] sejam abertas a outras empresas do setor [distribuidoras], cujos controladores,

frequentemente, também possuem participação ou controle de empresas no segmento de comercialização”, afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/10/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes

Título: Braskem vai indenizar 9 mil imóveis em AL

Com a mais recente atualização da área considerada de risco em Maceió (AL), subiu para mais de 9 mil o número de imóveis que terão de ser desocupados na região onde a Braskem operava uma mineração de sal-gema até o ano passado. O novo mapa não altera o montante de R\$ 8,3 bilhões já reservado pela petroquímica para reparar danos, indenizar famílias desalojadas e fechar definitivamente a mina, tampouco assegura que não haverá mais gastos ou futuras ampliações da área que deve ser desocupada. Mas as últimas movimentações indicam que o desenho final do acordo com as autoridades pode estar a caminho.

Neste momento, Braskem e Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado de Alagoas (MP-AL), Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública Estadual (DPE) já negociam um termo de acordo definitivo, que fornecerá uma dimensão mais precisa do problema em Maceió. Além do mapa da região afetada, segue em aberto a ação movida pelo MPF contra a companhia, cobrando R\$ 20 bilhões em reparação a danos socioambientais.

Segundo o **Valor** apurou, a Braskem tem evitado determinar um custo total para o problema em Alagoas. Mas, frente às informações e dados coletados até agora pelos estudos conduzidos por especialistas nacionais e estrangeiros, a avaliação é a de que os R\$ 8,3 bilhões já provisionados correspondem a um valor próximo do que deve ser o montante final.

Em relatório divulgado no ano passado, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) associou o afundamento do solo nos bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto à mineração de sal-gema da Braskem, que, por sua vez, segue conduzindo estudos para apurar as causas dos fenômenos geológicos. A inclusão de mais imóveis ao termo de acordo firmado originalmente em janeiro deste ano decorreu do encerramento dos estudos que levantavam os impactos do evento geológico na superfície.

Em 15 de setembro, a Braskem apresentou os resultados desses estudos de superfície às autoridades e solicitou a inclusão de mais 800 propriedades no programa de compensação financeira e apoio à realocação. Contudo, a pedido

do MPF, MPE, DPU e DPE, as Defesas Cíveis municipal e nacional consolidaram novas áreas de risco, resultando na terceira versão do mapa de setorização de danos e inclusão de aproximadamente 1,7 mil imóveis - o número exato deve ser conhecido nas próximas semanas. Em comunicado ao mercado na sexta-feira, a Braskem fala em uma estimativa de mais 2 mil imóveis, que substitui a previsão anterior, de 800 propriedades.

No mesmo comunicado, a petroquímica informou que, “apesar do aumento dos gastos relacionados ao programa de compensação financeira pela inclusão de imóveis adicionais, com base nas informações disponíveis até o momento, a companhia não espera alteração nos custos agregados estimados em R\$ 3,3 bilhões” anunciados em setembro.

A atualização completa do mapa, conforme as autoridades, depende da conclusão dos trabalhos da Defesa Civil, que entre outros dados analisa também os estudos encaminhados pela Braskem. Até setembro, pouco mais de 1,6 mil famílias já haviam firmado acordos individuais com a petroquímica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/10/2020

Seção: Mundo

Autor: Grant Smith

Título: Epidemia terá efeito duradouro no petróleo

O mercado do petróleo sofrerá um golpe duradouro da pandemia de covid-19, uma vez que levará anos para a demanda se recuperar e mesmo assim seu pico será num nível mais baixo, segundo a Agência Internacional de Energia (AIE).

Depois de uma queda sem precedentes de 8% neste ano, o consumo mundial de petróleo voltará aos níveis anteriores à crise em 2023, desde que a covid-19 seja controlada em 2021, avaliou ontem a agência, com sede em Paris.

Mesmo nesse caso, o cenário mais otimista da AIE para o petróleo, a pandemia terá um impacto duradouro. A agência reforçou sua avaliação de que a demanda global de petróleo se estabilizará por volta de 2030 e atingirá seu pico em níveis mais baixos do que os previstos no ano passado.

“A era do crescimento da demanda global de petróleo chegará ao fim na próxima década”, disse o diretor executivo da AIE, Fatih Birol, no relatório anual sobre tendências energéticas mundiais.

O tom é mais forte do que o do relatório do ano passado, que enfatizava que não havia “nenhum pico definitivo” no horizonte. Segundo a AIE, se a

recuperação da pandemia for mais lenta e houver danos econômicos duradouros, a demanda por petróleo pode ter só um par de anos para crescer.

O prognóstico da AIE surge no momento em que grandes empresas, como BP e Royal Dutch Shell, reconhecem que a combinação da pandemia com as mudanças drásticas necessárias para evitar uma crise climática terá consequências profundas para seus ativos e seus modelos de negócios.

A AIE prevê que o crescimento de longo prazo na demanda de petróleo será controlado pela transição para veículos elétricos ou mais eficientes. O consumo aumentará em cerca de 750 mil barris por dia a cada ano, para chegar a 103,2 milhões de barris por dia em 2030. Esse número é inferior ao previsto no relatório de 2019 em cerca de 2 milhões de barris por dia.

O aumento estará inteiramente concentrado nos países em desenvolvimento - em especial na Índia - e será dominado por matérias-primas para plásticos e outros produtos petroquímicos, em vez de por combustível para transporte rodoviário. Depois de 2030, o crescimento anual vai minguar para apenas 100 mil barris por dia.

O cenário para o petróleo é ainda mais sombrio se surtos prolongados de covid-19 impedirem a recuperação econômica e a economia global em 2030 for 10% menor do que se prevê hoje.

O consumo de petróleo neste cenário não se recuperaria para os níveis anteriores ao vírus até “a parte final da década de 2020”, e se estabilizaria logo depois em pouco menos de 100 milhões de barris por dia, segundo a agência.

As previsões da AIE e das empresas internacionais de petróleo contradizem a da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) - que na semana passada previu que a demanda por petróleo continuará a crescer por mais duas décadas. O cartel também vê uma recuperação do consumo de petróleo para os níveis anteriores à pandemia em 2022, um ano antes do que prevê a AIE.

Apesar das fracas perspectivas para o consumo, o setor global do petróleo está diante de um desafio para atender à demanda projetada. Mesmo depois de 2030, serão necessários cerca de US\$ 390 bilhões em investimentos a cada ano para encontrar novos suprimentos que compensem a queda da produção nos campos de petróleo que passaram de seu ápice, diz a AIE.

Os preços devem se recuperar para US\$ 75 por barril no fim da década, dos níveis atuais pouco acima de US\$ 40, à medida que a demanda aumente e incentive o investimento em prospecção.

O setor de xisto dos EUA, que forneceu boa parte do novo suprimento de petróleo do mundo na última década, se recuperará para os níveis anteriores à crise em 2022. Os EUA devem manter a posição de maior país produtor de petróleo até 2040. Mas o fracasso do setor de xisto em remunerar os investidores e a dependência de endividamento significam que “existe um alto grau de incerteza” sobre seu desempenho futuro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/10/2020

Seção: Mundo

Autor: William Mathis And Jeremy Hodges

Título: Solar já é a energia mais barata, diz AIE

As fontes renováveis deverão superar o carvão nesta década como o combustível preferido para gerar energia elétrica, disse a Agência Internacional de Energia (AIE).

Os parques de energia solar fotovoltaica são atualmente mais baratos do que usinas à base de combustão de carvão e de gás natural na maioria dos países, concluem os pesquisadores da AIE, que ontem divulgou seu relatório anual sobre tendências energéticas mundiais. Esses custos mais baixos, juntamente com os esforços dos governos de reduzir as emissões prejudiciais ao clima, vão cada vez mais expulsar o carvão da rede de serviços de infraestrutura e destinar às fontes renováveis 80% do mercado de geração de nova energia elétrica até 2030, afirma a AIE.

Isso aponta uma profunda redução dos combustíveis fósseis no abastecimento mundial de energia, em uma época em que os governos de todos os países procuram maneiras de conter suas emissões de gases-estufa. Embora as usinas hidrelétricas devam continuar a ser a maior fonte de energia elétrica renovável, a energia solar as está alcançando rapidamente, por causa da queda nos custos de fabricação e instalação de painéis.

“Vejo a energia solar se tornar a nova rainha dos mercados mundiais de energia elétrica”, disse Fatih Birol, diretor-executivo da AIE. “Com base nas diretrizes de política pública, ela está prestes a alcançar novos recordes de utilização durante todos os anos após 2022.”

As projeções da AIE se baseiam no que a agência qualifica de Cenário das Políticas Proclamadas, que tem como pressuposto que a covid-19 será gradualmente posta sob controle no ano que vem e que a economia mundial voltará aos níveis observados antes do surto.

A agência também prevê que a demanda por gás natural cairá lentamente nos países desenvolvidos, principalmente na Europa, e que o carvão recuará em todos os países. Cerca de 275 gigawatts de capacidade global de combustão a carvão, 13% do total de 2019, será desativada até 2025, principalmente nos EUA e na União Europeia. Isso vai mais do que compensar os aumentos na demanda por carvão por parte das economias em desenvolvimento da Ásia.

A participação do carvão na oferta de energia elétrica global deverá cair para 28% em 2030, de 37% de 2019. Até 2040, o combustível que no passado foi o mais usado pelas centrais elétricas cairá para menos de 20% pela primeira vez desde a Revolução Industrial, diz a AIE. Esse recuo poderá ser ainda maior se os governos acelerarem o ritmo da descarbonização.

Os pressupostos exigem um enorme investimento em redes de energia elétrica, que precisam ser modernizadas a fim de absorver o fornecimento vindo de fontes mais diversificadas, que só funcionam quando há sol ou vento.

Os investimentos para modernizar, expandir e digitalizar a rede terão de alcançar US\$ 460 bilhões em 2030, 66% mais do que o custo assumido no ano passado. Esse gasto contribuirá para implementar 2 milhões de quilômetros de novas linhas de transmissão e 14 milhões de quilômetros de redes de distribuição, 80% mais do que as incorporadas nos últimos dez anos, de acordo com a AIE.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/10/2020

Seção: Mercado

Autor:

Título: Marinho é ministro que mais se beneficia de extras

Cinco ministros do governo Jair Bolsonaro (sem partido) inflam seus salários por meio de jетons (gratificação paga por participarem de reuniões de estatais).

Articulador da redução de gastos na reforma da Previdência, o ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) é, até o momento, o que mais se beneficiou.

O extra no salário de Marinho, que é de R\$ 30,9 mil, pode chegar a R\$ 21 mil por mês. O contracheque, portanto, supera o teto do funcionalismo (R\$ 39,3 mil), que é o salário bruto de um ministro do STF (Supremo Tribunal Federal).

Um dia após Marinho apresentar a proposta de reforma da Previdência, ele assumiu cargo no conselho fiscal do Sesc (Serviço Social do Comércio), entidade corporativa financiada pelo cofre público.

A nomeação foi em fevereiro de 2019. Ele era secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia quando conduziu as negociações para o Congresso aprovar o endurecimento nas regras de aposentadorias e pensões. O objetivo da reforma foi cortar gastos ante as pressões no Orçamento.

Marinho assumiu o Ministério do Desenvolvimento Regional em fevereiro de 2020 e segue no conselho.

Segundo o Sesc, a gratificação é paga mensalmente, conforme presença nas reuniões e o orçamento previsto para o colegiado.

Já ministro, Marinho passou a articular com congressistas medidas contra o teto de gastos, que limita o crescimento das despesas públicas à inflação do ano anterior.

Por causa dessa norma, o governo enfrenta dificuldades de encontrar espaço no Orçamento para reformular o Bolsa Família — marca de gestões petistas — e criar o Renda Cidadã.

Além de Marinho, os ministros Marcos Pontes (Ciência, Tecnologia e Inovações) e Bento Albuquerque (Minas e Energia) também acumulam cargos em estatais e elevam a remuneração. Seus jetons são de cerca de R\$ 7.000 por mês. O salário é o padrão para ministros: R\$ 30,9 mil.

Bento ocupa cadeira no conselho de administração da EPE (Empresa de Pesquisa Energética).

Pontes integra conselhos na Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e na Amazonia, estatal que desenvolve tecnologia ao programa nuclear da Marinha.

José Levi, que assumiu a AGU (Advocacia-Geral da União) em abril, recebia jetons até se tornar ministro e deixar o conselho do BB Consórcios. Por ser procurador de carreira da Fazenda Nacional, seu salário bruto era de R\$ 37,7 mil em abril. Ao receber R\$ 4.000 em jetons no mês, também recebeu acima do teto.

Os ministros Onyx Lorenzoni (Cidadania) e Tarcísio Freitas (Infraestrutura) ganharam cargos em maio (Sesc e Senac, respectivamente), mas, pelo Portal da Transparência, ainda não é possível verificar o quanto receberam em jetons.

Albuquerque afirmou que a gratificação está de acordo com a legislação. Marinho, Pontes, Onyx e Tarcísio não quiseram se manifestar. TR

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/10/2020

Seção: Colunas

Autor: Circe Bonatelli, Fernanda Guimarães e Cynthia Decloedt

Título: Colunas do Broadcast

» Triplo. A mais recente abertura de capital de um fundo de participação em infraestrutura (mais conhecido como FIP-IE) na B3 atraiu 3,8 mil pessoas físicas. A demanda superou a oferta em três vezes, o que impôs rateio das cotas e evidenciou a busca frenética dos investidores por novos ativos, com os juros reais perto de zero no Brasil. O fundo em questão, cuja oferta somou R\$ 480 milhões, é o Prisma Proton Energia.

» Sexy. Fundos de infraestrutura têm um diferencial que é um imã aos investidores: isenção de imposto de renda nos rendimentos (leia-se dividendos) e no ganho de capital. Apenas investidores qualificados, aqueles com mais de R\$ 1 milhão em aplicações financeiras, tiveram acesso ao Prisma Proton.

» Pé de vento. O fundo é de renda fixa e o seu estatuto permite apenas projetos que já estejam rodando. O portfólio de ativos será composto por quatro concessões de geração de energia solar no Nordeste.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/10/2020

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Direto da fonte: Sonia Racy

Gás pra poucos

Se a falta de saneamento no Brasil é lamentável, o acesso ao gás encanado não fica para trás. Levantamento da Abegás mostra que... 92% dos municípios do País não possuem gás natural encanado. Há, inclusive, capitais conhecidíssimas onde o gás natural ainda não chegou como Brasília, Goiânia, Belém e São Luís.

Gás pra poucos 2

De acordo com a Abegás, faltam gasodutos. As distribuidoras querem térmicas a gás nos moldes do sistema elétrico. Coisa que não está no texto do PL sobre gás no Senado.

VEÍCULO: O Globo**Data: 14/10/2020****Seção: Rio****Autor: Felipe Grinberg e André Coelho****Título: Sem royalties, salários estão ameaçados, diz Crivella**

Prefeito afirma que antecipação de R\$ 1 bilhão em receitas do petróleo, suspensão pelo TCM, é necessária para compensar queda de receita e aumento de despesa; mas levantamento mostra arrecadação superior à de 2019

Na reta final de seu mandato e em busca da reeleição, o prefeito Marcelo Crivella (Republicanos) afirmou ontem que precisa da antecipação de R\$ 1 bilhão em royalties do petróleo para garantir o pagamento aos servidores e os repasses a fornecedores, como Organizações Sociais que administram hospitais. Se não tiver autorização para fazer essa operação, Crivella diz que terá que congelar todo o orçamento para conseguir quitar apenas os salários.

A operação concederia a um banco ou consórcio, por meio de licitação, o direito de receber no futuro parte dos recursos de royalties a que o Fundo de Previdência do município (Funprevi) tem direito. Em troca, a prefeitura receberia agora R\$ 1 bilhão.

— A receita despencou, mas a despesa aumentou porque tivemos que contratar muitos médicos. É fundamental para pagar 13º e salários. Se não conseguir viabilizar, teremos que fechar o orçamento e não pagar mais nada além dos salários —disse o prefeito.

O Tribunal de Contas do Município (TCM) suspendeu há quase um mês o pregão de antecipação de royalties. Para a corte, a operação custaria R\$ 1,6 bilhão de forma parcelada ao longo de sete anos. Isso poderia ser caracterizado como um empréstimo, o que não é permitido no último ano de mandato.

Números da execução orçamentária do município, no entanto, não mostram queda de receita este ano, como diz Crivella. Até setembro, a prefeitura arrecadou R\$ 22,1 bilhões, contra R\$ 21,1 bilhões no mesmo período do ano passado. Levantamento feito pelo gabinete do vereador Tarcísio Motta (PSOL) identificou, no entanto, que houve um aumento de despesa verificado na área da Saúde, na qual os gastos saltaram de R\$ 4,25 bilhões nos primeiros nove meses de 2019 para R\$ 5,3 bilhões em 2020.

A Secretaria municipal de Fazenda afirmou, em nota, não ser adequado comparar os dois anos, por conta de as receitas terem ficado abaixo e as

despesas acima do que foi projetado no orçamento. “Quando isso acontece é natural que a administração busque medidas voltadas para o aumento da arrecadação”, diz o texto.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 14/10/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: Nova Lei do Gás perdeu o fôlego?

Nova Lei do Gás perdeu o fôlego?

Há um mês, o Projeto de Lei nº 6.407, que moderniza o setor do gás natural no país, foi aprovado pela Câmara e seguiu para o Senado com a expectativa de entrar rapidamente em votação. O projeto, porém, permanece fora da pauta. Enquanto isso, a tarifa do gás natural deve ter um reajuste de 33% em novembro. “Se quisermos que a economia se recupere, precisamos decidir o que é prioritário para o país”, diz Milton Rego, presidente da Associação Brasileira do Alumínio (Abal). “O PL 6.407 não pode esperar.”

China busca oportunidades em energia solar

O grupo SunPower, um dos maiores da área de energia solar da China, está de olho em oportunidades principalmente na região Nordeste do Brasil. Segundo um executivo do setor, emissários da empresa desembarcarão na Bahia nas próximas semanas para conhecer o mercado nacional. De acordo com a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), o país tem 3,5 gigawatts instalados e recebeu, nos últimos oito anos, R\$ 17 bilhões em investimentos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 14/10/2020

Seção: Cidades

Autor: Alan Rios

Título: À venda por R\$ 1,4 bi

A Assembleia-Geral Extraordinária de acionistas da Companhia Energética de Brasília (CEB) aprovou o início do processo de privatização da empresa. A reunião aconteceu na tarde de ontem e definiu detalhes da alienação da CEB Distribuição, como o valor mínimo de venda. O preço foi fixado em R\$ 1,4 bilhão, resultado final de duas avaliações econômicas contratadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e sem levar em consideração

terrenos (leia Para saber mais). Ao todo, foram 6.998.430 votos a favor e 1.058 contrários à proposta. O leilão será realizado em novembro pela B3, Bolsa de Valores de São Paulo. Na manhã de hoje, às 11h, acontece uma audiência pública para que a companhia preste informações, e a população possa dar sugestões sobre a desestatização.

O governador Ibaneis Rocha (MDB) ressaltou, ontem, o interesse dos empresários no negócio. “O valor avaliado pelo BNDES tem a expectativa de chegar em torno de R\$ 2 bilhões, até R\$ 2,5 bilhões, por ser um bem que é muito cobiçado pelos empresários da área”, afirmou. Para o presidente da companhia, Edison Garcia, os números poderiam ser ainda maiores, mas as dívidas acumuladas reduziram o valor. “Houve a aprovação majoritária para alienação. Votaram GDF, Novacap e um conjunto de acionistas e investidores. A CEB foi avaliada em R\$ 2,4 bilhões, mas se endividou e perdeu o valor. A companhia não dá lucro, os números mostram isso. O GDF perde cerca de R\$ 900 milhões por conta de ações de gestões passadas. Então, o que poderíamos vender por R\$ 2,4 bilhões vai começar com R\$ 1,4 bilhão”, enumerou Edison.

Seis empresas já mostraram interesse pela compra da distribuidora e o fornecimento para 1,1 milhão de consumidores. A maior parte delas é controlada por capital estrangeiro. O valor arrecadado com o leilão será transferido para a CEB Holding, com 80% das ações sendo do Governo do Distrito Federal (GDF) e 20% do mercado. O presidente da CEB avaliou o panorama da empresa debatendo ações que ocasionaram o contexto atual. “Para citar exemplos, há uma dívida da Universidade de Brasília (UnB) que lesou o caixa da companhia por seis anos, ainda de uma época do governo de Cristovam Buarque, que isentava o pagamento de conta de luz, mesmo sendo uma universidade federal, que tem recursos federais. Também tivemos planejamentos do passado em que houve mais compra de energia do que temos capacidade de consumir. Ainda há os custos de pessoal, de serviço”, detalha.

Levando esses fatores em conta, Edison opina que a privatização pode representar uma retomada de investimentos na cidade e mais eficiência em processos como cobrança e compras. Após a venda, será criada a CEB Iluminação Pública, que vai convocar 100 empregados que estão atualmente na distribuidora para as áreas administrativa e de prestação de serviços. A companhia estima que cerca de 230 mil consumidores deixaram de pagar as contas de luz em dia durante a pandemia, o que gera prejuízo de R\$ 120 milhões por mês.

Conta mais cara?

Uma das principais críticas de pessoas e entidades que se manifestam de forma contrária à desestatização é a forma com que o processo de venda pode encarecer as contas de luz da população. Edison define essa argumentação como um “temor de alarmistas”. “Toda tarifa das distribuidoras é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), sendo que 50% são relativos à energia e transmissão, e a distribuição só equivale à 15% da conta. Sobre esses 15%, existe um marco regulatório em que a Aneel faz a avaliação dos valores, qualidade do serviço e investimentos feitos. Ou seja, não tem nenhuma distribuidora que defina a própria tarifa”, alega.

O entendimento do Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal (STIU-DF) é diferente. Segundo o diretor jurídico, João Carlos Dias, há exemplos pelo país que mostram o peso no bolso do consumidor após processos de venda de estatais. “Se a gente olhar para casos dos estados que privatizaram, identificamos problemas de apagões, precarização do atendimento e, com certeza, uma elevação da conta de luz. Isso que vai acontecer no DF”, afirma.

João Carlos também questiona os dados divulgados relativos aos prejuízos da empresa. “A todo momento o governo passa números descolados da realidade. Dizer que a CEB gasta R\$ 4,2 bilhões para faturamento de R\$ 4 bilhões (veja números) é algo tem que ser explicado. São informações que precisam ser trabalhadas com mais transparência. E é importante ressaltar que o Tribunal de Contas do DF (TCDF) ainda analisa esse processo de privatização”, lembra. O diretor jurídico do sindicato pede ainda um debate na Câmara Legislativa sobre o tema.

CAPAS DE JORNAIS

www.valor.com.br

Quarta-feira, 14 de outubro de 2020 - São Paulo - Hora: 15h30

Valor

ECONÔMICO

20 de outubro

Comércio entre Brasil e EUA cai a níveis de 2009

Marcelo Oliveira, Ana Mendes
de São Paulo e Londres

O comércio do Brasil com os Estados Unidos não tem recuperado o ritmo de 2019. Uma queda de 20% em relação a 2019, com o comércio de transações em dólar caindo de 14,2 bilhões em 2019 para 11,4 bilhões em 2020, mostra o CBO. A queda de 20% em relação a 2019, com o comércio de transações em dólar caindo de 14,2 bilhões em 2019 para 11,4 bilhões em 2020, mostra o CBO. A queda de 20% em relação a 2019, com o comércio de transações em dólar caindo de 14,2 bilhões em 2019 para 11,4 bilhões em 2020, mostra o CBO.

Distanciamento entre militares e sociedade civil na questão amazônica é um erro, disse Jungmann, na 'Luz do Valor'

Bancos e credenciadoras podem mais prazo para cumprir regra sobre recebíveis de cartões

J.P. Morgan e Citigroup têm forte recuperação dos lucros no 3º tri

Alfio emerge na área digital

Adaptar o CVC ao futebol italiano

Exportação recorde de café

Questão ambiental afeta a indústria

1887 em pagamento ao exterior

Questão de sigilo no 'caso Joffe'

Escolas

Crise no Brasil

Seguros, títulos, Lulas e Englo

Indicadores

Menos sofrimento

Souza Cruz cresce e vira BAT Brasil

BTG negocia compra da sucroalcooleira Atvos

Libertação de traficante dá força a prisão na 2ª instância

desafios em presente, experimente o futuro com o bradesco

LIVE VALOR

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 ★ Nº 33.432

QUARTA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 2020

R\$ 5,00

‘Não passo o Natal aqui’, disse André na cadeia

De acordo com serviços de inteligência do governo paulista, o chefe do PCC no litoral paulista dizia a colegas de prisão, antes de qualquer manifestação do STF, que seria solto ainda neste ano. André de Oliveira Macedo foi liberado em decisão de Marco Aurélio Mello. O traficante entrou para a lista de procurados da Interpol. **Cotidiano B1**

Elite do ministério de Guedes acumula cargo e infla salário

Contracheques superam teto dos servidores, defendido pela pasta; Marinho é quem mais se beneficia

Defensores de reformas e corte de despesas, integrantes da cúpula do Ministério da Economia acumulam cargos em estatais e, assim, elevam o contracheque. Alguns recebem mais que o teto do funcionalismo (R\$ 39,3 mil).

Isso é possível por meio do pagamento de jetons (remuneração para quem participa das reuniões de conselhos), que não contam como salário nem para o limite máximo que um funcionário público federal pode receber.

Jetons são distribuídos a 330 servidores, e o custo passa de R\$ 1 milhão por mês. O ministro Paulo Guedes não os recebe. Ele tem um ganho bruto de R\$ 30,9 mil por mês, menos que servidores seus no topo da carreira.

Cinco ministros do governo Jair Bolsonaro usam do expediente. Articulador da redução de gastos na Previdência, o ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) é, até o momento, o que mais se beneficia.

O extra no holerite de Marinho, que é de R\$ 30,9 mil, pode chegar a R\$ 21 mil. Procurado, ele não comentou. A Economia diz que os conselheiros têm “capacidade de contribuir na missão da gestão pública”. **Mercado A19**

PAINEL
PGR não sabia de quem se tratava

A Procuradoria-Geral da República soube pela imprensa que André de Oliveira Macedo era André do Rap. O caso chegou na terça (6), mas o órgão se manifestou apenas no sábado (10), um dia depois da ordem de soltura. **Poder A4**

Doutorado de Kassio tem trechos similares a artigos

Além da dissertação de mestrado, a tese de doutorado do juiz federal Kassio Nunes, indicado ao STF, também tem trechos semelhantes a artigos acadêmicos publicados por um advogado conterrâneo do magistrado. **Poder A13**

Câmara Municipal de São Paulo teme onda de renovação

Salão Nobre Presidente João Brasil Vita, no Palácio Anchieta, onde se localiza a Câmara Municipal de São Paulo, no centro da capital. **Eduardo Krapp/Folha Imagem**

Talvez sejam mais resistentes, não têm como tomar banho

Celso Russomanno, ao falar de moradores de rua, Covid e isolamento vertical. **Poder A6**

Você, gordinho aí, pizza fria também acho que não cabe

Jair Bolsonaro, sobre velocidade de motoboy, ao sancionar CNH de 40 pontos. **Cotidiano B2**

Investimentos em startups resistem durante a pandemia

Pesquisa mostra que já há sinais de maior captação no segundo semestre. De janeiro a agosto, o setor contabiliza 268 novos investimentos, que somam US\$ 1,42 bilhão. Folha lança cobertura especial do setor. **Startups & Fintechs A26**

ENTREVISTA **Rafael Forte**
Faturamento vai crescer 110%

Presidente da plataforma de comércio Vtex, a mais recente startup brasileira a se tornar um unicórnio — ou seja, valer mais de um US\$ 1 bilhão —, Rafael Forte projeta crescimento de 110% a 115% neste ano. **Startups & Fintechs A26**

Pandemia no Brasil



Dados das 20h de 13 out.
*Média móvel de 7 dias
**Em relação a 14 dias.



Mercado A23
Apple lança iPhone 12 com 5G, mas sem carregador e fone de ouvido nas caixas

Esporte B7
Tribunal adverte jogadora Carol Solberg por protesto contra Bolsonaro

Ilustrada B10
Games de Brasil, Chile e Argentina vão na contramão dos jogos hiper-realistas



BRASIL 4, NEYMAR 3, PERU 2

Neymar comemora nos 4 a 2 contra os peruanos pelas Eliminatórias da Copa; atacante, que marcou três, conduziu a virada e assumiu a vice-artilharia histórica da seleção. **Esporte B9**

Para senador, Pantanal vive uma situação de guerra

A frente de proposta de estatuto para o Pantanal e de comissão de queimadas, o senador Wellington Fagundes (PL-MT) aponta a inércia do Estado e a falta de políticas públicas como razões da tragédia que atinge a região. **Ambiente B6**

Folha amplia assinatura grátis para professores

A Folha amplia seu programa de assinaturas para professores. Em 2019, em parceria com o Google, o jornal começou a oferecer acesso grátis a docentes da rede pública por um ano. Agora, ele é estendido aos da rede privada. **Poder A11**

Marcelo Coelho Rambo entrou na área de serviço

O mundo de paninhos e esponjas não me atrai. Prefiro a versão armamentista e masculina de tubos metálicos e fatos letais. Nada de carinho, capricho; fadas invisíveis do lar são substituídas pelo Rambo do banheiro. **Ilustrada B13**

Particular quer aula remota como exceção em 2021

Escolas particulares de São Paulo avaliam que a continuidade das atividades letivas online só deve ocorrer pontualmente em 2021. No entanto, afirmam que o cenário ainda é incerto e depende do controle do vírus. **Cotidiano B2**

ISSN 1414-4725
9 771414 372049

AUDIÊNCIA/MÉS
PÁGINAS VISTAS 167.633.478
VISITANTES ÚNICOS 30.539.483

EDITORIAIS A2

Vacinas para todos
Acerca de apoio à imunização, segundo o Datafolha.

EUA das Bananas
Sobre atitudes vexatórias de candidatos no país.

Reino Unido vê caso de perda de audição por vírus
Saúde B5

Covas afirma que definirá no dia 22 retorno presencial
Cotidiano B2

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1872
JULIO MESQUITA
(1869 - 1947)

Quarta-feira 14 DE OUTUBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46383

estadão.com.br

De 14 setores da economia, só 4 se recuperaram de perdas

Em retomada desigual, agronegócio, construção civil, setor de alimentos e nichos de tecnologia se destacam

Apesar de a economia do País ter começado a se recuperar do impacto provocado pela pandemia, a retomada tem sido extremamente desigual. Segundo estudo do Itaú Unibanco, apenas 4 dos 14 setores analisados conseguiram superar as perdas causadas pela queda brusca da atividade econômica. O agronegócio, áreas da construção civil, o setor de

alimentos e nichos que operam com tecnologia — como os aplicativos de entrega e empresas de vendas online — têm atualmente demandas acima ou similares às registradas no início do primeiro trimestre antes das medidas de restrição contra o coronavírus. Setores como o de vestuário e de eletroeletrônicos cortaram funcionários e ampliaram ociosidade de

fábricas, prevendo queda duradoura nas encomendas, mas foram pegos de surpresa com a demanda por celulares, geladeiras e produtos têxteis que agora supera a capacidade de produção. Entre os setores que ainda não começaram a se recuperar, destacam-se a cadeia de turismo, as companhias aéreas e o ramo automotivo. **ECONOMIA/PÁGS. B1 e B4**

● Recorde de fusões

A necessidade de reestruturar os negócios e manter a competitividade levou a um recorde de fusões e aquisições no País. Em agosto, o Brasil registrou 112 operações, volume 65% superior ao do mesmo mês de 2019. **PÁG. B5**

Supremo deve manter decisão de Fux sobre líder do PCC

O plenário do Supremo Tribunal Federal iniciará hoje o julgamento da polêmica sultura, determinada pelo ministro Marco Aurélio Mello, do traficante André do Rap, que está foragido. A discussão será sobre a decisão do presidente do STF, Luiz Fux, que suspendeu habeas corpus concedido por Mello. A tendência é que a posição de Fux seja mantida pelos ministros. **METRÓPOLE/PÁG. A18**

Para Salles, União é responsável por só 6% do Pantanal

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, procurou minimizar a responsabilidade do governo federal sobre os incêndios recorde que atingem o Pantanal e disse que a União é responsável por apenas 6% da área total do bioma, cabendo a Mato Grosso e Mato Grosso do Sul a fiscalização de 94% do território. **METRÓPOLE/PÁG. A19**

Prefeitura de SP adia decisão sobre volta às aulas

A Prefeitura de São Paulo adiou a decisão sobre autorizar a volta às aulas dia 3 nas redes pública e privada da cidade, pois quer aguardar o resultado do censo sorológico que está sendo feito com professores e alunos da rede municipal. **METRÓPOLE/PÁG. A17**

● A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)

TOTAL DE MORTES	151.063
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H ATÉ AS 20H DE ONTEM	354
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	499
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	5.114.823
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H ATÉ AS 20H DE ONTEM	12.220
TOTAL DE RECUPERADOS*	4.526.975

Esportes

Eliminatórias da Copa. Brasil vence o Peru por 4 a 2, com 3 gols de Neymar. **PÁG. A20**

Jornal do Carro

Defender. Quinta geração do lendário modelo da Land Rover encanta em qualquer piso. **PÁG. 10**



A ARTE ESTÁ DE VOLTA

Escultura de 17 metros de OSGÊMEOS está na reabertura da Pinacoteca. **PÁG. H1**

Parlamentares defendem prisão após 2ª instância

A polêmica em torno da sultura do traficante André do Rap levou parlamentares a pressionar pela retomada, na comissão especial da Câmara, da discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da prisão após segunda instância. O grupo teve os trabalhos paralisados por causa da pandemia. **POLÍTICA/PÁG. A4**

Russomanno liga falta de banho a menos covid

POLÍTICA/PÁG. A8

Apple lança iPhone 12, 1ª geração com 5G

ECONOMIA/PÁG. B9

Vera Magalhães

Salta aos olhos no caso André do Rap a barafunda da mais alta Corte de Justiça do País. **POLÍTICA/PÁG. A8**

Leandro Karnal

2020 corre risco de ser um ano decisivo na memória e na formação dos alunos. **NA QUARENTENA/PÁG. H6**

NOTAS & INFORMAÇÕES

O mundo depois do tombo

A economia global voltou a movimentar-se, mas desfechos de países chegaram ao fim de 2021 sem ter retomado ao patamar de 2019. O Brasil é um deles, segundo projeções. **PÁG. A3**

A lei não é o problema
Sultura de André do Rap, do PCC, é responsabilidade de quem não cumpriu a lei. **PÁG. A3**

Tempo em SP

18° Min. 29° Máx.



NOVO TIGGO 2 2021

SEU PRIMEIRO SUV MELHOR AINDA.

VerCapa

0800-777 5448 | WWW.D21MOTORS.COM.BR

O CARRO QUE JÁ ERA O MAIS COMPLETO DA CATEGORIA AGORA FICOU COMPLETÍSSIMO

NOVO TIGGO 2 2021

SEU PRIMEIRO SUV MELHOR AINDA.

VerCapa

0800-777 5448 | WWW.D21MOTORS.COM.BR

Muito mais conteúdo
Aperte o botão e descubra o que o O Globo tem para você. Confira o conteúdo exclusivo do O Globo e descubra o que o O Globo tem para você. Confira o conteúdo exclusivo do O Globo e descubra o que o O Globo tem para você.



Carol Solberg: STJ adverte a jogadora, que está proibida de se manifestar



O GLOBO

Jornal de Notícias e Opinião - 1969-2020 - 100 anos



POLÊMICA JUDICIAL

Maioria do STF decidiu de outra forma sobre soltura de presos

Plenário da Corte julga hoje o caso de André do Rap, posto em liberdade por Marco Aurélio

A maioria do STF decidiu hoje que o caso de André do Rap deve ser julgado pelo plenário da Corte. A decisão foi tomada por 6 votos a 3. O voto do ministro Marco Aurélio foi o suficiente para garantir a liberdade do rapper. O voto do ministro Ricardo Lewandowski foi o suficiente para garantir a prisão do rapper. O voto do ministro Luiz Fux foi o suficiente para garantir a prisão do rapper.

Governo dá primeiro passo para privatizar os Correios

O governo anunciou hoje o primeiro passo para a privatização dos Correios. A medida prevê a criação de uma nova entidade para gerenciar o serviço de correios. A medida também prevê a criação de uma nova entidade para gerenciar o serviço de correios. A medida também prevê a criação de uma nova entidade para gerenciar o serviço de correios.

BRASIL faz simulação inédita de guerra na Amazônia

O Brasil fez hoje uma simulação inédita de guerra na Amazônia. A simulação foi realizada em uma área de 100 mil hectares. A simulação também foi realizada em uma área de 100 mil hectares. A simulação também foi realizada em uma área de 100 mil hectares.

Itália e Turquia retem em mãos as restrições contra a Covid

A Itália e a Turquia reteram hoje as restrições contra a Covid. As restrições foram mantidas em vigor. As restrições também foram mantidas em vigor. As restrições também foram mantidas em vigor.

Única feira presencial do ano, ArtRio começa hoje

A única feira presencial do ano, ArtRio, começa hoje. A feira será realizada em uma área de 100 mil hectares. A feira também será realizada em uma área de 100 mil hectares. A feira também será realizada em uma área de 100 mil hectares.

'Eu e o presidente decidimos que ele viria comigo', diz Bolsonaro

Bolsonaro afirmou hoje que ele e o presidente decidiram que ele viria com ele. A afirmação foi feita em uma entrevista. A afirmação também foi feita em uma entrevista. A afirmação também foi feita em uma entrevista.

TSJ suspende condenação que era ameaça à candidatura de Collor

O TSJ suspendeu hoje a condenação que era uma ameaça à candidatura de Collor. A suspensão foi determinada pelo tribunal. A suspensão também foi determinada pelo tribunal. A suspensão também foi determinada pelo tribunal.

'Brigada permanente é a melhor solução'

Bolsonaro afirmou hoje que a 'brigada permanente' é a melhor solução. A afirmação foi feita em uma entrevista. A afirmação também foi feita em uma entrevista. A afirmação também foi feita em uma entrevista.



O CARRO QUE JÁ ERA O MAIS COMPLETO DA CATEGORIA AGORA TEMO

NOVO TIGGO 2 2021

SEU PRIMEIRO SUV MELHOR AINDA.

0300-777 5443 | WWW.DSMMOTOR.COM.BR

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960; ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 2020

NÚMERO 20.962 • 28 PÁGINAS • R\$ 2,50



Dimitri Apouy/REUTERS

Neymar só está atrás de Pelé

Craque marca três vezes na virada por 4 x 2 contra o Peru, chega aos 64 gols com a camisa da Seleção, ultrapassa Ronaldo e mantém Brasil na liderança.

PÁGINA 15



Alexandre Volpi/Flamengo

São Pedro faz chover gols

Centroavante comanda a virada do Flamengo contra o Goiás, e time rubro-negro alcança o líder Atlético-MG em número de pontos; Galo entra em campo hoje.

PÁGINA 16

Processo para privatizar a CEB dá mais um passo

Acionistas da Companhia Energética de Brasília (CEB), reunidos em assembleia geral extraordinária, aprovaram, ontem, o processo de privatização da empresa e fixaram em R\$ 1,4 bilhão o valor mínimo para

venda, calculado a partir de duas avaliações independentes contratadas pelo BNDES. Ao todo, foram 6.998.430 votos a favor e 1.058 contra a proposta. O leilão está previsto para novembro na B3. A Bolsa de

Valores de São Paulo. Segundo o presidente da CEB, Edison Garcia, a expectativa é que a companhia seja arrematada por até R\$ 2,5 bilhões. Seis empresas já teriam mostrado interesse em comprar a distribuidora e

assumir o fornecimento para 1,1 milhão de consumidores. O valor arrecadado no leilão será transferido para a CEB Holding, em que GDF detém 80% das ações; e o mercado, os 20% restantes. PÁGINA 17

Alerta para tempestades e rajadas de vento no DF

PÁGINAS 18

O RESGATE DA BOA FORMA

A pandemia atingiu fortemente o mercado para educadores físicos e personal trainers. Com as academias fechadas, milhares ficaram sem trabalho. A saída foi se reinventar: aulas on-line e ao ar livre foram alternativas. Dona de um estúdio, a atleta Viviane Gonçalves (centro), 37, teve que fechar as portas e ficou sem renda. Com atuação voltada ao público mais velho, trabalhou pela internet e reabriu, há dois meses, com novos protocolos. Agora, aposta nos dois formatos e reconquista clientes. PÁGINAS 21

Desgastado, STF julga caso de traficante

Plenário da Corte decide, hoje, processo de André do Rap. Solto pelo ministro Marco Aurélio, chefe do PCC deveria voltar à prisão por decisão do presidente do Supremo, Luiz Fux, mas está foragido. PÁGINA 2

Congresso vai acelerar reforma

Presidente da Comissão Mista do Congresso que analisa mudanças no sistema tributário, o senador Roberto Rocha (PSDB-MA) anunciou que o colegiado votará o projeto até 10 de dezembro. Ele avalia que a Câmara analisará a proposta, em Plenário, até o fim do ano. PÁGINA 6

Agora é lei: suspender CNH ficou mais difícil

PÁGINA 5

E A DIVERSÃO VIROU TRAGÉDIA

Depois de três dias de buscas, bombeiros acharam sob a Ponte JK o corpo de Luís Gabriel Oliveira, 27 anos. Ele caiu na água no sábado, quando passeava de lancha com amigos. Além desse caso, foram registrados mais quatro afogamentos no Lago Paranoá no feriado, com dois mortos no total. Uma pessoa segue desaparecida. PÁGINAS 20



APOSTA NA RETOMADA

Conselheira do Sindvariegista, Janine Brito analisou, no CB.Poder, os efeitos da pandemia na economia do DF. Ela prevê vendas 2% maiores no Natal. PÁGINAS 19



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapes.com.br

(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .